

**Código Desejante e  
Código Social em *O*  
*Anti-Édipo***

**Código Desejante e  
Código Social em *O*  
*Anti-Édipo***

# Código Desejante e Código Social em *O Anti-Édipo*

Lucca Gadelha Greco

**Resumo:** O presente artigo presta-se à proposição de que a obra inaugural de Deleuze & Guattari encerra os fundamentos do conceito de código, sendo basilar e principal para pensá-lo. Levando em conta a ordem expositiva de *O Anti-Édipo*, parte-se da genealogia esquizofrênica das máquinas desejantes para que, enfim, possa-se falar em código e em socius; em seguida, reporta-se ao capítulo “Selvagens, bárbaros, civilizados” do livro, a fim de empreender uma argumentação em favor da proposição supracitada.

**Palavras-Chave:** Deleuze; Guattari; imanência; desejo; código.

A primeira menção ao conceito de código em *O Anti-Édipo*, paralela ao desenvolvimento da noção de síntese disjuntiva, não tarda a apresentar suas duas e inerentes modalidades, desejante e social (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 29). No entanto, apenas quando se entra no mérito do socius inscriptor é que se coloca de fato o problema da codificação, pelo que o código adquire uma consistência conceitual (ibid., p. 188). Isso porque, em se tratando da máquina territorial primitiva, os fluxos de desejo devêm codificados, escoando de modo a que se os invista sobre o corpo pleno da terra. Quer dizer, com a codificação, a ontologia desejante se vê entrelaçada à teoria esquizoanalítica da sociedade, como ela aparece no primeiro tomo de *Capitalismo e Esquizofrenia*. E, apesar de conterem considerações reformulações acerca tanto do desejo quanto do social, as obras seguintes de Deleuze & Guattari não se atêm especialmente ao código, ou ao menos não como o fizeram no passado. Parece mesmo que o mantiveram intacto em meio às suas conexões conceituais, por exemplo, com a territorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 125).

Note-se que a codificação é um problema próprio de *O Anti-Édipo*, com cujas linhas seus autores pretenderam explicar um inconsciente maquínico que atravessava a história com suas sínteses, concebendo três e consecutivas megamáquinas sociais (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 10). O código procede da análise das máquinas desejantes, de toda a base conceitual construída para apreendê-las em atividade: máquina, território, fluxos e signos compõem o campo problemático do registro, da formação que faz a energia intensa do desejo passar à energia extensa das operações materiais no socius (GUÉRON, 2020, p. 292). Embora maquinismo, territorialidade e semiótica retornem em *Kafka: Por uma literatura menor*, bem como nos *Mil Platôs*, a disjunção do inconsciente e o registro dos corpos pelo socius estão restritos ao projeto de *O Anti-Édipo*.

Isto posto, o presente artigo presta-se à proposição de que a obra inaugural de Deleuze & Guattari encerra os fundamentos do conceito de código, sendo basilar e principal para pensá-lo. Levando em conta a ordem expositiva de *O Anti-Édipo*, parte-se da genealogia esquizofrênica das máquinas desejantes para que, enfim, possa-se falar em código e em socius; em seguida, reporta-se ao capítulo “Selvagens, bárbaros, civilizados” do livro, a fim de empreender uma argumentação em favor da proposição supracitada.

As máquinas funcionam como sistemas de corte: um fluxo associativo é emitido por uma, e outra máquina o corta, condiciona sua continuidade (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 54). O corte é precisamente o regime de escoamento do fluxo, e uma máquina só corta um fluxo quando está acoplada a uma que supõe produzi-lo. Daí suas peças serem os objetos parciais, que determinam se a máquina será fonte ou receptor de um fluxo; fazem-no, porém, em condições que não se pode discerni-los (ibid., p. 430).

O processo maquínico serve à emergência da identificação da essência humana da natureza à essência natural do humano, dado que a natureza é tida como o processo de produção e que o humano, por se ver afetado pela “vida profunda de todas as formas”, não para de produzir, de acoplar e desacoplar suas máquinas com as do universo (ibid., p. 15). E o princípio da produção humana, tido como imanente, é o que se denomina desejo. Este, ele próprio uma máquina, opera por cortes e fluxos: “O desejo faz correr, flui e corta.” (ibid., p. 16) Em *O Anti-Édipo*, o desejo é conceituado como o “conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais”, sendo o real “o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente.” (ibid., p. 43) A realidade é um desdobramento do que o desejo produz nos caminhos que o inconsciente toma pelo mundo (CARDOSO JR; SANTANA, 2007, p. 26). Mas ele não trabalha com categorias do entendimento kantianas, tampouco com sínteses ativas; trabalha por três sínteses, que são passivas e movidas por uma energia.

A primeira síntese é a conectiva, animada pela libido do inconsciente, “o ‘trabalho’ conectivo da produção desejante” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 26); procedimento de produção. Deleuze & Guattari falam, em um primeiro momento, de suas duas formas: a do acoplamento das máquinas, descrito acima (ibid., p. 16); e a do produto-produzir, produto que leva a um novo produzir, ou a inserção do produzir no produto (ibid., p. 18). Logo, toda máquina é máquina de máquina, toda produção é produção de produção. Sem demora, trazem o terceiro termo da série binário-linear, o corpo sem órgãos. Particular dessa síntese, o corpo sem órgãos é o elemento improdutivo, o que não só dá o limite imanente do desejo, mas principalmente condiciona sua produção. Desprovido de órgãos, dotado de uma intensidade = 0, ele repelirá e atrairá as máquinas desejantes, funcionando de modo a engendrar diferenças de intensidade entre a maquinaria. Por ser perpetuamente reintroduzido na produção, é ainda seu motor imóvel, já que o desejo só produz desarranjado.

O recalçamento originário em *O Anti-Édipo* refere-se à invasão das máquinas desejantes sobre o corpo sem órgãos, tão logo elas o produzem, e à repulsão deste à produção. Ele não a suporta, sente as máquinas como objetos globais de perseguição e opõe-se com sua antiprodução. Quando da invasão, ele compõe com elas uma máquina paranoica, de repulsão, fazendo que a morte seja objeto do desejo – “tudo para um momento” (ibid., p. 20). Entretanto, aquilo que repelia passará a atrair, a que as máquinas se engancharão nele e o processo irá da repulsão à atração, e da máquina paranoica à miraculante em que os órgãos, antes demasiado ligados, são regenerados. Não em uma dialética, resolução das contradições, e sim em um processo até a destruição das contradições, proeza da máquina celibatária.

Segue-se, então, da primeira, a segunda síntese, a disjuntiva de registro; procedimento de distribuição. A inserção do corpo sem órgãos na série produtiva, sua apropriação da produção desejante e atração das máquinas faz ver a distribuição destas que se engancham nele, e a energia produtiva parece emanar dele: transforma-se de libido em *Numen*. Tudo que se encontrava parado, coagulado, recomeça. O corpo sem órgãos atribui a si as forças produtivas e a disposição à produção, e a capacidade do corpo sem órgãos de servir de superfície de registro é confundida com uma capacidade produtiva que lhe é impossível; de fato, são as máquinas desejantes que maquinam a produção (ibid., p. 60). É a genealogia desejante, “as máquinas desejantes podem então se confundir com o corpo sem órgãos e formar a partir daí um corpo pleno, uma superfície de registro” (ibid., p. 63). Tudo que é registrado, o é sobre o elemento não produtivo, um corpo pleno, pressuposto natural ou divino da qual tudo emana. Mas, já se disse, esse elemento, o corpo pleno, foi produzido. Acontece apenas que, desde que ele atraia as máquinas, desde que componham a máquina miraculante, a energia delas o percorrem. A um corpo pleno nada falta porque as máquinas estão sobre ele – arranjadas, sim, e produtivas acima de tudo. A produção de registro produz-se pela produção de produção (ibid., p. 30).

Distingue-se a disjunção inclusiva da exclusiva. Esta funciona pelo “ou... ou” e pelo “e depois...” esquizofrênico; aquela, pelo “ou” paranoico. E, em virtude da disjunção e da inscrição na superfície, as máquinas estocam em si um código inseparável do registro, seu fluxo é cortado dessa maneira por uma disjunção de um tipo diferente e se comportará assim nas relações que estabelecerá com as demais máquinas (ibid., p. 57). São cortes-desligamentos, e não cortes-extrações, mesmo que não haja um sem o outro: “Como haveria extração parcial de um fluxo, sem desligamento fragmentário num código que informará o fluxo?” (ibid., p. 59). Elas cortarão certos fluxos, em um *onde* desses fluxos, darão lugares a produtores e a antiprodutores.

Tudo isso é questão de código. O código desejante é uma formação plurívoca, um emaranhado por que se estabelece uma rede disjuntiva, uma multiplicidade de funcionamentos e conexões possíveis entre os órgãos (ibid., p. 57). A natureza dos fluxos, que, com o código estocado nas máquinas, passam a ser cortados como signos, é uma qualquer, de sorte que podem vir a trabalhar em todos os níveis e em todas as conexões para produzir; suas cadeias de signos são heterogêneas e a-significantes (ibid., p. 59). O signo é posição de desejo, é um reconhecimento de sua imanência produtiva real e de sua conexão múltipla, das conexões das máquinas (ibid., p. 176).

À segunda sucede a terceira síntese, a conjuntiva; procedimento de conjunção e de consumo. A oposição entre as máquinas desejantes e o corpo sem órgãos persiste durante a máquina miraculante que elas compõem, e há aí uma constante de positivos estados de intensidade que advêm do jogo de forças que repelem e atraem, indo do corpo sem órgãos à série de singularidades na rede disjuntiva, sem que se discirnam pessoas ou objetos globais. Deleuze & Guattari indicam uma reconciliação possível entre produção e antiprodução, uma máquina de aliança, por meio do retorno do recalçado. Ora, o que se recalçou foram os órgãos, sua produtividade, e a diluição da contradição vem pela composição de uma máquina celibatária, cujo consumo se pode chamar de autoerótico, celebração

de uma nova aliança. É através dessa máquina que os pontos de disjunção vão formando círculos de convergência, de conjunção de fluxos e códigos em torno das máquinas desejantes. E, graças às sínteses anteriores, resta “algo da ordem de um sujeito” na superfície de registro e ao lado das máquinas, algo sem identidade e nômade. O sujeito é produzido por esse corte-resíduo e fica ao lado de uma máquina desejante. À medida que esta consome a série de estados intensivos produzidos pela repulsão e atração do corpo sem órgãos, a sua peça adjacente, o sujeito, nasce e renasce, devém. A *Voluptas* é a energia do corte-resto das outras sínteses e é a que anima esta; a produção de consumo produz-se pela produção de registro. O desejo é consumo e destruição ao longo das duas outras sínteses, no entanto o será para um sujeito tão somente por conta dos restos das divisões, restos conjugados sobre a superfície. Sobra algo ao lado das máquinas desejantes e sobre o corpo sem órgãos, algo que diz “Então era isso!” a cada estado intensivo consumido, a cada passagem pelos círculos de convergência, de um estado a outro, de um círculo a outro.

Eis a esquizofrenização da ontologia: tudo está entremeado por máquinas. Todavia, para que se aborde o tópico do código social, é imperativo que se retome um postulado esquizoanalítico – há somente o desejo e o social, os fluxos que os cruzam. O desejo faz parte da infraestrutura (ibid., p. 143), “há produção desejante desde que haja produção e reprodução sociais” (ibid., p. 185); os investimentos libidinais do inconsciente incidem sobre a natureza dos fluxos e dos códigos que condicionam a produção social. Fluxos e códigos, sim, porque há máquinas sociais, máquinas em toda parte, com a diferença de que estas estão dispostas sobre um corpo pleno como *socius* (ibid., p. 458).

O *socius* é composto enquanto megamáquina de inscrição sobre um corpo pleno em que se distribuem máquinas sociais cujas peças são os humanos (ibid., p. 187). Ele sobrevém à paranoia, com a regeneração milagrosa dos órgãos na superfície em que se os registra. Se a produção é paralisada pela máquina paranoica, esta procura controlá-la e freá-la, recalcar tamanha intensidade, o que chega a fazer quando distribui os objetos parciais, identificando-os a alguma função. Marcam-se, então, partes do corpo sem órgãos, repartindo-o em um corpo pleno de aparente estabilidade (GUÉRON, 2020, p. 294). Donde a conveniência do código social, marcador de cada órgão para que se possa extrair seu fluxo e atualizá-lo em signos de “caracteres fixos, etiqueta, identidade, número de registro, cifra” ou qualquer categoria de identificação social (HUR, 2019, p. 64).

Por conseguinte, coloca-se o problema da codificação. É o terceiro capítulo de *O Anti-Édipo*, “Selvagens, bárbaros e civilizados”, que o resolve. Como dito, ainda que os autores retomem noções adjacentes em obras posteriores, a exemplo da territorialidade, da semiótica e da diagramática, suas considerações cruciais acerca do código concentram-se em *O Anti-Édipo*, justamente no capítulo em que se trata da concretude das sínteses passivas do inconsciente, das atualizações históricas de suas intensidades. Tendo conceituado as máquinas desejantes, Deleuze & Guattari partem para seu investimento sobre o campo social, de que resultam as três formas que o *socius* tomou na história, a saber, a máquina territorial primitiva, a máquina bárbara despótica e a máquina capitalista civilizada. A cada máquina conferem uma operação de inscrição, uma técnica de marcação e uma

atitude diante dos códigos.

Os códigos territoriais e as cadeias de signos pré-significantes fazem dos humanos peças da máquina social. Na máquina territorial primitiva, primeiro tipo de socius, investem-se os objetos parciais coletivamente, já que o que une a produção desejante ao socius é o investimento coletivo: nenhum fluxo deve escapar (SANCHES, 2008, p. 179). O corpo humano deveio corpo pleno, com seus órgãos enganchados sobre si conforme as exigências da megamáquina. É que a unidade “corpo” não está nas “pessoas privadas”, mas nas séries que motivam as sínteses passivas do inconsciente, “identificações sempre parciais e de grupo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 191). Foi assim que se pôde marcar os corpos e fazer com que os fluxos dos objetos parciais escorressem sobre o socius, foi assim que este pôde orientar os fluxos, codificá-los meio à produção. O que se inscreve coletivamente sobre os corpos humanos é uma memória coletiva “de signos, e não mais de efeitos”, ao contrário da memória biológica, que sempre esquecia ativamente. As inscrições coletivas se fariam em diversos rituais míticos, “uma dança sobre a terra, um desenho no tabique, as excisões, as tatuagens, as mutilações, etc.”, os signos possuindo valor “de ação, uma potência criativa e subversora que incide sobre os corpos.” (NASCIMENTO, 2012, p. 141)

Dar aos humanos uma memória é para que, futuramente, cobre-se uma dívida. Esta, uma cadeia de relações econômicas credor-devedor, decorre, aliás, da marcação sobre os corpos. Estabelece-se uma regra geral na economia primitiva, “dano = dor” (GUÉRON, 2020, p. 87). O dano é, para o socius, “ir longe demais”, até limites não permitidos. Que limites seriam? Aqueles em que os fluxos correm descodificados, o que é o pesadelo da máquina territorial primitiva, a morte de sua codificação dos fluxos, os quais correriam sobre um socius mudo. Portanto, o mau devedor é quem, em ultrapassando os limites, será reorientado aos códigos, aos limites impostos pelo socius, por meio da dor de rituais e/ou de castigos. Agora, existe, aqui, uma mobilidade da dívida, porque não deixam de ocorrer desligamentos da cadeia e/ou extrações de mais-valia de código. O código muda, as relações econômicas e sociais mudam, e a dívida acompanha as mudanças. O socius funciona não funcionando, marca os corpos com signos para que cobrem e devam, mas ele é impotente diante da produção desejante e de sua esquizofrenia, que embaralha os códigos ou que os explode, simplesmente. É isso, porém, que garante que ele possa se reconstituir sobre suas ruínas, alterando código, cadeia, signo e dívida. Por conta do não funcionamento do socius primitivo, o próximo deveio real.

A morte do sistema primitivo nas mãos dos fundadores de Estado não lembra outra coisa que não o medo dos fluxos descodificados, da livre dispersão destes. Um grande movimento de descodificação entra em curso, mas não se dá de maneira absoluta: antes sobrecodificar do que deixar os fluxos desejantes correrem livremente. Surge uma nova megamáquina social, socius bárbaro que, por meio de suas inscrições, reúne o que estava disperso sobre um único e mesmo corpo. Todavia, a inscrição do território e os códigos sociais pelos quais a produção social funciona subsistem, apenas existe um código acima que os mantêm agarrados ao corpo pleno despótico. Algo salta da cadeia de signos, seu posto é transcendente e abstrato: o significante, que permite a corporificação

do Estado, as relações verticais e ordenadas em consonância com uma filiação divina. O Estado sobrecodifica, destrói códigos antigos e inscreve novos para que os fluxos convirjam a um ponto: deve-se seguir Deus, o líder, o Santo, o déspota etc. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 273), é de sua instância unificadora que tudo emana. A terra deixa de ser corpo pleno, é dividida como objeto, e os corpos humanos são submetidos à inscrição imperial, isto é, os fluxos são sobrecodificados no corpo pleno do déspota.

Para que se mantenha a produção social, a anteriormente codificada sobre a terra, alimentando a sobrecodificação da parte do Estado, que agora antecede o território, o signo territorial deveio signo abstrato e transcendente, de um lugar em que é possível distingui-lo totalmente. Do Estado escorre o significante, signo do signo do déspota, e o desejo devém “desejo do desejo do déspota”. E, sem dúvida, a produção sobre a terra deveio produção sobre a terra que pertence ao Estado do déspota. O significante é o signo desterritorializado, que não remete à terra nem ao território, e sim sobrecodifica a cadeia territorial; ele não deixa de demonstrar sua transcendência, que vem de fora e que passa do senhor ao escravo. O signo é soldado à lei, torna-se signo imperial (ibid., p. 276). O credor da dívida devém o déspota, e ela torna-se infinita, visto que as relações econômicas se devem a um circuito infinito de sobrecodificação, em que o território funciona território do déspota, e a produção vem das terras pertencentes ao Estado.

Novamente, contudo, uma morte que vem de dentro se mostra, dessa vez pelas condições em que o capitalismo nasce e sobre as quais ele é mantido. Não importa que se sobrecodifique, a produção desejante não se sujeita, e a história está cheia de exemplos de fluxos livres (ibid., p. 297). Marx, descrevendo as tomadas de terra dos camponeses pela coroa inglesa (LEVIEN, 2014, p. 25), descreve desterritorializações e descodificações sociais, destruição dos códigos sociais relativos a um socius: o camponês é retirado de sua terra e está “livre” para vender sua força de trabalho, para investir socialmente por meio do trabalho e, disso, receber dinheiro em troca. Os fluxos desejantes correm sobre o capital, corpo pleno desterritorializado do qual o trabalho, fluxo descodificado, emanaria. A privatização dos meios de produção, a do “homem”, dentre outros processos, servem bem à desterritorialização. O nascimento do capitalismo reconta uma história de desterritorializações e descodificações, porém uma que constituiu outro um sistema contável: a axiomática, que toma a forma flutuante da moeda e, no mesmo movimento de axiomatizar, produz ou ajusta uma série de enunciados (GUÉRON, 2020, p. 206). São enunciados engendrados em uma produção descodificada e que está em andamento, com axiomas que podem ser reajustados – e o que é uma inovação capitalista, senão este reajuste?

É pelos polos da axiomática que a máquina capitalista opera sobre fluxos desejantes cada vez mais descodificados, que são tanto a condição para que a máquina siga funcionando, quanto o seu limite. Se, no limite do capitalismo, faz-se falir um socius e seus códigos em proveito de um corpo sem órgãos e faz com que os fluxos fluam sobre este, descodificados (o que corresponde ao polo esquizofrênico de investimento), lhe é indispensável o polo paranoico que investe a soberania central e certos axiomas de sua ordem: “As pessoas de bem dizem que não se deve fugir, que isso

não é bom, que é ineficaz, e que é preciso trabalhar por reformas.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 366) Isto é, descodifica-se, mas são estabelecidos limites relativos pela axiomatização, e, se porventura aproximarem-se destes, os fluxos desejantes serão reorientados à produção capitalista, desterritorializados ou, por outra, reterritorializados sobre o corpo pleno do capital-dinheiro; é como o socius capitalista se apropria da produção. A matéria infinita de que se tratam os fluxos desejantes investidos socialmente, “o trabalho”, escaparia ao sistema capitalista se não fosse pela axiomática, uma rede finita assentada sobre um processo desejante incessante (NASCIMENTO, 2012, p. 146). Ela escapa, claro, aos códigos, sempre escapou, e o capitalismo tratou de contá-la por seus axiomas abstratos e de fazer o Estado orientar os fluxos, estabelecer seus limites relativos. Dessa forma, a dívida infinita é interiorizada.

O regime de signos civilizado é um que inseriu a escrita, arcaísmo possível devido ao significante despótico, em seu campo imanente, no qual deveio concreto para a escrita convir à moeda e ao número, abstração da descodificação. A linguagem capitalista é uma descodificada, e os fluxos não são mais sufocados, eles exprimem seus signos, imagens não significantes (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 320). Pode-se desfazê-las e refazê-las com os fluxos, o capitalismo é sobre novas linguagens analfabetas para servir às máquinas sociais e técnicas; veja-se a que vieram as linguagens de programação. Ao passo que se descodifica, axiomatiza-se intentando os óbices a uma realidade, que é a morte do socius capitalista, e as linguagens axiomatizadas, malgrado sua esquizofrenia e sua riqueza, reorientam os fluxos para uma produção incessante que não é a esquizofrênica, e sim a do capitalismo, com o corpo pleno do capital-dinheiro se apropriando da produção desejante.

Não é, reitere-se, que o medo do limite à produção social tenha desaparecido. O contemporâneo não para de aproximar-se da esquizofrenia com uma de suas mãos e detê-la com outras, medo capitalista da ameaça que lhe faz ser um sistema produtivo. É que a esquizofrenia é o escoamento dessocializado dos fluxos, é o desvio de um socius até a morte. Há axiomatizações em prol das soberanias capitalistas e dos seus processos, submetendo-se aos conjuntos sociais, reprimindo, tudo por uma máquina repressora (ibid., p. 326). O gosto pelos códigos é um gosto fúnebre, promove-se a inovação até que se veja a fuga generalizada dos fluxos descodificados. Um esquizo produz um código, uma máquina começa a funcionar ligada a outra, e quando ele embaralha o código, faz uma máquina ligar-se a uma nova (e esta, a outra), na cadeia se fazendo ver um signo letra junto a um signo bigode, teme-se pelo fim do regime civilizado e pela fuga de uma parte do sistema.

Em resumo, com a elaboração do conceito de código, Deleuze & Guattari permitem que se entrelace a ontologia desejante com sua teoria da sociedade, “uma teoria generalizada dos fluxos” em que se relacionam produção desejante e produção social. Porquanto o código se refere à transdução do desejo em força produtiva sobre um socius, e porque é inseparável de uma disjunção, fica que *O Anti-Édipo* em particular, obra para a qual a atualização do desejo com a síntese disjuntiva é tema essencial, comporta as bases conceituais para pensar a codificação. As disjunções desejantes, reunidas pelos códigos, povoam a disjunção do socius inscritor, pela qual os fluxos são cortados como signos por máquinas que dispõem de códigos sociais. O código desejante é plural em signos

não-figurativos, parte do que faz as máquinas desejantes funcionarem. O código social brota no socius primitivo, inscrevendo signos no corpo e conduzindo a produção social sobre a terra; na máquina imperial, há código sobre código, rearranjando a produção para que tudo convirja e tudo se deva ao déspota e ao seu Estado; na máquina capitalista, há algum estímulo para a destruição dos códigos, contanto que não haja a fuga generalizada dos fluxos, pelo que se inventa sua axiomática. O processo de produção da realidade, em vista disso, respeita aos códigos das máquinas nos regimes desejante-molecular e social-molar.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO JR., H. R.; SANTANA, R. D. (org.). *Inconsciente-multiplicidade: Conceito, problemas e práticas segundo Deleuze e Guattari*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* 1. Trad. Luis B. L. Orlandi. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 2.

GUÉRON, Rodrigo. *Capitalismo, Desejo e Política: Deleuze e Guattari leem Marx*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

HUR, Domenico Uhng. *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. 2. ed. rev. Campinas: Alínea, 2019.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. Trad. Markus Hediger. *Sociologia&Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-53, jun. 2014. Disponível em: [<http://www.sociologiaeantropologia.com.br/volume-04-numero-01/>]. Acesso em: [12 out. 2020].

NASCIMENTO, R. D. S. *Teoria dos signos no pensamento de Gilles Deleuze*. Orientador: Luiz B. L. Orlandi. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: [<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280549>]. Acesso em: [9 out. 2020].

SANCHES, A. *Máquinas, corpo sem órgãos e pulsões: um diálogo entre O Anti-Édipo de Deleuze e Guattari e a metapsicologia freudiana*. Orientador: Richard Theisen Simanke. 2321. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: [<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4834>]. Acesso em: [9 out. 2020].